


Título: <b>Jorge Sampaio relembra quarenta anos de carreira</b>				Âmbito: <b>Nacional</b>	Tiragem: <b>20303</b>	
2007/01/24	<b>DIARIO ECONOMICO - PRINCIPAL</b>	Pág.43		Imagem: 1/1	Temática: <b>Gestão/Economia/Negócios</b>	GRP: <b>1.9</b>
				Periodicidade: <b>Diária</b>	Inv.: <b>1027.50</b>	

## GRANDES ADVOGADOS na PLMJ

# Jorge Sampaio relembra quarenta anos de carreira

**Filipa Ambrósio de Sousa**  
fsousa@economicasgtps.com

Uma urgente revisão das Convenções de Genebra é o apelo que Jorge Sampaio, o homem que ocupou o Palácio de Belém durante os últimos 10 anos, fez na última conferência promovida pela PLMJ, no ciclo “Grandes Advogados em discurso directo”. Depois de José Manuel Galvão Teles, que coincidentemente ocupou a cadeira do Conselho de Estado do ex-PR, foi a vez de Jorge Sampaio explicar, a uma plateia repleta de advogados, juristas e jornalistas, o que foi o exercício da advocacia da sua carreira de mais de 40 anos. “É preciso garantir urgentemente a aplicação dos direitos humanos em consonância com o pluralismo cultural”, defendeu o ex-Presidente da República na passada semana. “Não podemos impor no plano mundial um

conjunto de regras mesmo que sejam partilhadas por todos”, defendia o também advogado e que chegou a ocupar o cargo do primeiro português com assento na Comissão Europeia dos Direitos do Homem, em 1979. O advogado mostrou preocupação pela situação que se vive no Iraque e no Afeganistão e assumiu que “há que garantir a aplicação dos direitos humanos com a universalidade inerente e reagir contra regimes totalitários”, explicou Sampaio.

*“Apesar de o direito não se substituir à política, tem de haver uma revisão dos direitos humanos.”*

“Mas sempre respeitando o pluralismo cultural”.

O advogado vai mais longe ao defender que, apesar de o direito não se substituir à política, “tem de haver uma revisão dos direitos humanos para se poder ultrapassar os desafios do nosso tempo”. Nesse sentido, o político garante que se deve caminhar no sentido de reforçar o direito das convenções de Genebra, “na certeza de que a prestação da dignidade humana deva ser o ponto de partida e nunca fazer algo como tábua rasa”. “Será a universalidade dos direitos humanos incompatível com o pluralismo cultural?”, esta foi a questão lançada por Jorge Sampaio. O advogado ressaltou ainda o facto de pertencer à sociedade de advogados mais antiga, registada como tal, a Jardim, Sampaio, Caldas & Associados, que fundou com Vera Jardim e Júlio Castro Caldas. ■